

Adiar Constituinte é 'idéia de louco', diz Ulysses

Janio de Freitas

O ataque na defesa

O presidente e o governo que não se empenharam, nas votações passadas da Constituinte, senão para obterem o mandato de cinco anos e a permanência do presidencialismo, não estão fazendo agora, nem o farão nas próximas votações, mais do que um jogo de aparências em defesa dos cofres públicos e de setores empresariais aos quais se dizem solidários. A ofensiva governamental contra a Constituinte tem outra finalidade: é a construção de um alibi.

No Planalto, como entre os constituintes audíveis nestes dias de recesso, prevalece a impressão de que a maioria dos dispositivos já aprovados pela Constituinte será confirmada, agora, nas votações finais. As alterações tidas como prováveis, ou ao menos possíveis, são pouco numerosas e não chegariam, segundo as estimativas vigentes, a provocar reversões profundas.

O confronto desta previsão com o retardado interesse do governo pelos custos de inovações constitucionais basta, por si, para mostrar que a finalidade da investida presidencial contra a Constituinte tem outros fins que não os alegados. Tanto mais que a investida recorre a todos os excessos verbais e numéricos, mas não a iniciativas convincentes para mobilizar e unificar os constituintes controláveis pelo governo.

Por contraditório que pareça, é nos tais gastos gerados pela Constituinte que o governo Sarney vislumbra uma saída. Se inovações constitucionais introduzem gastos insuportáveis pelos cofres públicos, então o governo terá sido inviabilizado, não pela continuidade da incompetência já provada, pelo descaso, pelo negociado dominante, mas pelas decisões da Constituinte.

Como operação de política menor, que é a especialidade do presidente, até que a saída é bem bolada.

O sonho verdadeiro

Silvio Santos pretende mesmo candidatar-se à Presidência a Repú-

blica. Se pensou na Prefeitura de S. Paulo, terá sido só nos primeiros momentos de sua conversão à política. Já nas pesquisas de opinião iniciais, feitas em segredo e por pessoal próprio, Silvio e seus assessores despertaram para a possibilidade do sonho mais alto. E em pouco a ele se apegavam com exclusividade.

Tanto na decisão de relegar a Prefeitura, como na manobra que o projetou, por meses, como centro da disputa paulistana, Silvio Santos inicia a prática política com a mesma argúcia que o levou ao êxito empresarial. Definidas suas pretensões presidenciais, vencer a eleição em S. Paulo seria uma falsa vitória. O primeiro ano de uma administração costuma ser apenas de desgaste, pelo descompasso entre a expectativa gerada e a dificuldade de resultados enquanto os novos administradores apenas tomam pé da situação. E Silvio só ficaria no cargo por meia dúzia de meses, forçado a deixá-lo pela necessária desincompatibilização para apresentar-se como candidato à Presidência. Por uma vitória assim não valia a pena reduzir o conteúdo do baú, que entrará intacto na luta pelo objetivo verdadeiro.

Dois em um

A figura de pés arrastantes, ombros curvados, mãos trêmulas e, com frequência, precisada do amparo de quem lhe esteja ao lado, corresponde a um Jânio Quadros. O Jânio que, neste estado, faz crer nas afirmações de que não tem condições para candidatar-se à Presidência — enquanto desenvolve suas inextricáveis e sempre hábeis manipulações — e, sobretudo, tornar-se um cabeça de chapa muito sedutor para um vice do seu gosto, como seria o governador Newton Cardoso com seu cofre forte. Aliás, fortíssimo.

O outro Jânio Quadros, segundo seus mais recentes exames médicos, está em estado de saúde nada menos do que muito bom. Com resultados que nem se explicam ante os conhecidos excessos do examinado.

MARCELO XAVIER DE MENDONÇA
 Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 71, atacou ontem em Brasília a proposta de adiamento do segundo turno de votação da nova Carta, feita pelo líder pefelista José Lourenço. "A Constituinte não é um hospício, só louco poderia ter idéia desse tipo. Nesse recenseamento de sandices, eu não acredito que existam 280 loucos para apoiar iniciativas dessa ordem", disse Ulysses, acrescentando que "quem tiver forças para adiamento indevido tem forças para apresentar uma emenda e reunir 280 votos".

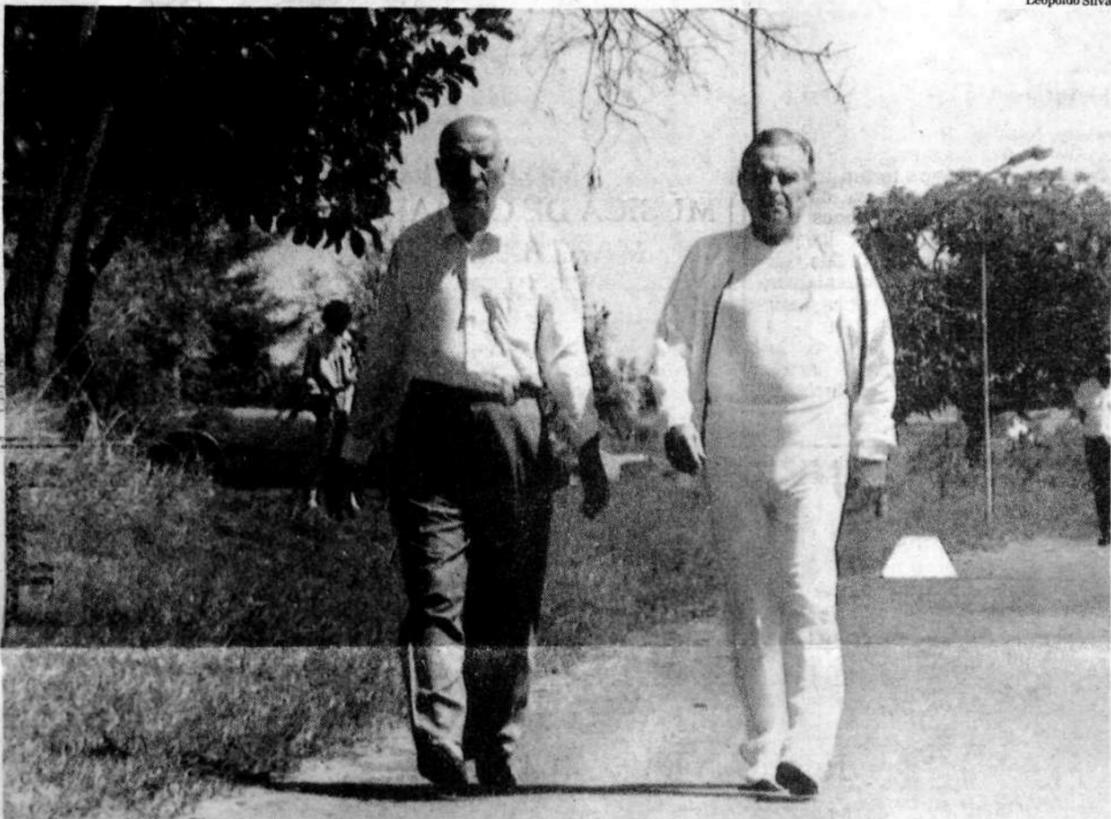
Ulysses disse que suas críticas não tinham endereço certo. "Como isso está aí no ar, eu tenho medo de assombração. Se alguém vestir a carapuça, paciência". Ele deu entrevista na porta de sua mansão na Península dos Ministros, no Lago Sul, antes de almoçar com os governadores Pedro Simon (RS) e Waldir Pires (BA) e com os ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), Henrique Sabóia (Marinha) e Renato Archer (Previdência), além do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Ulysses disse não acreditar num confronto entre Archer e Sarney, em virtude da afirmação do ministro de que a Previdência poderia suportar financeiramente os benefícios concedidos pela nova Carta. "O ministro conversou com o presidente e lhe disse que mandaria um relatório. Acho que o presidente está muito satisfeito de saber que um setor da Previdência que beneficia os aposentados será aprimorado, numa grande conquista de seu próprio governo", disse, acrescentando que as críticas de Sarney ao ministro não aconteceram: "Os jornais deram mas é apenas especulação".

Ulysses também se referiu à possibilidade de a primeira votação do segundo turno, quando será votado o texto integral do projeto, não reunir 280 votos, a maioria absoluta dos constituintes, criando um impasse. "Eu não acredito, mesmo porque todos colaboraram com esse projeto que está aí".

Uma hora antes, Ulysses irritou-se com os jornalistas que o procuraram para obter uma entrevista enquanto passeava na ciclovia que circunda o lago e que passa nos fundos de sua casa. Ao lado do ministro Archer, ele pediu "respeito à privacidade" e caminhou de volta ao interior da residência.

Leopoldo Silva



Ulysses Guimarães (esq.) caminha ao lado do ministro da Previdência, Renato Archer, na ciclovia, em Brasília

Sarney é contra parar votação, diz Lourenço

Da Sucursal de Brasília

O presidente Sarney disse ontem ao líder do PFL, deputado José Lourenço, que o Congresso constituinte não deve parar suas votações dando sequência ao calendário estabelecido para o segundo turno. Lourenço, que acompanhava uma inspeção de Sarney às lavouras do sítio São José do Pericumã, parecia, ao final do encontro, mais otimista quanto ao futuro do novo texto constitucional, evoluindo da sua proposta de adiamento das votações ou mesmo de dissolução do Congresso constituinte para uma conversa das lideranças políticas em busca de soluções consensuais.

"Podíamos sentar todos com o dr. Ulysses e ver como é que iria ficar. Onde é que vamos arranjar recursos

para esse negócio, criar um pacto com o país, já que estamos numa situação difícil", disse Lourenço.

Na conversa com o líder pefelista, Sarney anunciou que nesta segunda-feira deve mesmo ocupar uma cadeia de rádio e televisão para falar de seus temores com os rumos do Congresso constituinte. Segundo Lourenço, o presidente pretende abordar os tópicos que mais preocupam o governo, como a redução dos limites de idade para aposentadoria.

"No momento em que se baixa esses limites, estaremos aumentando o número de aposentados. Tem quem diga que esse aumento de despesas será coberto com recursos do Finsocial, mas eu pergunto: se hoje o Finsocial está sendo usado, entre outras coisas, para o pagamento da merenda escolar, nós

vamos financiar esse merenda com o que? Seria uma irresponsabilidade acabar com a merenda escolar", afirmou Lourenço.

O tom mais conciliador de Lourenço não impediu que ele voltasse à carga contra Ulysses Guimarães e o PMDB: "O dr. Ulysses quer transformar a Constituição numa plataforma eleitoral do seu partido. Estão querendo fazer da Constituição um novo 'Plano C uzado', porque a eleição está aí e o PMDB, desgastado, precisa arranjar um novo apoio para o povo. Isto é uma irresponsabilidade. Mas, quem sabe, ainda é capaz do Espírito Santo descer sobre a cabeça desse pessoal e iluminar suas idéias. Eu acho que ainda é possível mudar o que está errado no texto constitucional, mas isso só será possível através de um acordo".